

Contratos de dinamização cultural

16. Apoio Financeiro - Contratos de dinamização cultural.

Submetem-se, à consideração do Executivo Municipal, os seguintes contratos de dinamização cultural, que têm por objeto a atribuição de apoios financeiros às seguintes entidades, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e nos termos do n.º 2 do artigo F-1/3.º e do artigo F-1/9.º do Código Regulamentar do Município de Braga:

a) ARCUM – Associação Recreativa Cultura Universitária do Minho, no valor de 5.000,00€ a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira a 30 de abril e a segunda a 30 de novembro;

b) Associação Tin.Bra – Academia de Teatro, no valor de 9.400,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira a 30 de abril e a segunda a 30 de novembro;

c) AUAUFEIOMAU – Cooperativa Cultural CRL, no valor de 90.000,00€, a pagar em três prestações de igual montante, a primeira a 30 de abril, a segunda a 30 de junho e a terceira a 30 de novembro;

d) Coro Académico da Universidade do Minho (C.A.U.M.), no valor de 3.000,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira a 30 de abril e a segunda a 30 de novembro;

e) Suonart – Associação Cultural, no valor de 30.600,00€, a pagar em duas prestações de igual montante, a primeira a 30 de abril e a segunda a 30 de novembro.

f) Banda Musical de Cabreiros – Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa, no valor de 15.000,00 euros para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2023.

Nº Informação: 19228

Data: 07/03/2023

Assunto: Proposta de apoio financeiro: ARCUM – Associação Recreativa Cultural Universitária do Minho

A **ARCUM – Associação Recreativa Cultural Universitária do Minho**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 35/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022 e conforme as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12033/2022 que estatuiu a alteração ao regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de outubro de 2022;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- O cumprimento dos critérios de seleção elencados no Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, nomeadamente na “qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, além de estar pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa;
- Tratar-se de uma iniciativa que apresenta, ao abrigo do supracitado artigo, um significativo “i. interesse cultural, qualidade artística e técnica” “ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município” e, confirmando-se como um contributo para a “iii. Valorização do património cultural do Município”, “iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”, “v. Parcerias de produção e intercâmbio”, que encontra enquadramento na rubrica destinada aos apoios financeiros, do orçamento municipal para a Cultura.
- Ter dado entrada o documento E/11377/2023, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2023. Refira-se que a suprarreferida é uma associação instituída com um fim de promoção, preservação e divulgação da música tradicional, da poesia, da dança e da percussão. O seu projeto cultural concretiza-se na programação de um ciclo de concertos e de apresentações públicas pelos diferentes grupos culturais constituintes da mesma. De referir, que a supracitada entidade tem por objetivo a difusão das tradições e costumes locais, o fortalecimento da identidade regional e a promoção da diversidade cultural, introduzindo novas dinâmicas através de iniciativas de carácter educativo e de sensibilização para a preservação do património cultural. Estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 35/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **5.000,00 euros** com a ARCUM – Associação Recreativa Cultural Universitária do Minho, pessoa coletiva n.º 502 652 381, com sede na rua D. Pedro V, n.º 88, R/C, 4710-374 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 20248

Data: 09/03/2023

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Associação Tin.Bra – Academia de Teatro

A **Associação Tin.Bra – Academia de Teatro**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 64/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...”

- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022 e conforme as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12033/2022 que estatuiu a alteração ao regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de outubro de 2022;

- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- O cumprimento dos critérios de seleção elencados no Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, nomeadamente na “qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, além de estar pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa;
- Tratar-se de uma iniciativa que apresenta, ao abrigo do supracitado artigo, um significativo “i. interesse cultural, qualidade artística e técnica” “ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município” e, confirmando-se como um contributo para a “iii. Valorização do património cultural do Município”, “iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”, “v. Parcerias de produção e intercâmbio”, “vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”, validamos a premência desta solicitação, que encontra enquadramento na rubrica destinada aos apoios financeiros, do orçamento municipal para a Cultura.
- Ter dado entrada o documento E/10707/2023, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2023. Refira-se que a suprarreferida é uma associação instituída com um objetivo cultural e artístico de contribuir para a dinamização e desenvolvimento cultural através de uma programação diversificada para públicos diferenciados na área do teatro. O seu projeto cultural concretiza-se no domínio da criação e produção artística e apresentações públicas de projetos artísticos-performativos estabelecendo conexões importantes entre as artes e a criatividade, fomentando de igual modo, a educação pela arte a partir das literacias teatrais e literárias. Estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 64/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **9.400,00 euros** com a Associação Tin.Bra – Academia de Teatro, pessoa coletiva n.º 503 764 876, com sede no Mercado Cultural do Carandá, Rua Dr. Costa Júnior, Ala 6B, 4715-015 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 19358

Data: 07/03/2023

Assunto: Proposta de apoio financeiro: AUAUFEIOMAU – Cooperativa Cultural, CRL

A **AUAUFEIOMAU – Cooperativa Cultural, CRL**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 214/2016, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»

- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022 e conforme as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12033/2022 que estatuiu a alteração ao regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de outubro de 2022;

- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- O cumprimento dos critérios de seleção elencados no Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, nomeadamente na “qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, além de estar pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa;
- Tratar-se de uma iniciativa que apresenta, ao abrigo do supracitado artigo, um significativo “i. interesse cultural, qualidade artística e técnica” “ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município” e, confirmando-se como um contributo para a “iii. Valorização do património cultural do Município”, “iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”, “v. Parcerias de produção e intercâmbio”, que encontra enquadramento na rubrica destinada aos apoios financeiros, do orçamento municipal para a Cultura.
- Ter dado entrada o documento E/11695/2023, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2023. Refira-se que a suprarreferida é uma associação instituída no domínio da promoção e incentivo à criação artística, desenvolvimento de novos públicos, nomeadamente nas Artes Performativas e Arte Digital. O seu projeto cultural único imbuído no espírito de inovação e investigação, concretiza-se na programação regular de dois festivais, nomeadamente, o “Semibreve” e o “Ocupa”. Importa ainda, referir que o festival “Semibreve”, na sua 13.ª edição, é um evento exploratório de música eletrónica e de arte digital com artistas de renome, reconhecido a nível nacional e internacional, e que destaca Braga no sector artístico e criativo. O festival “Ocupa” tem como objetivo uma promoção da produção artística nos domínios da música eletrónica e das Media Arts, focando-se em áreas como Arte Digital, Vídeo, entre outras, promovido por artistas com origens e/ou residentes em Braga. De salientar que estes dois eventos contribuem ainda para a estratégia de afirmação da cidade de Braga como Cidade Criativa da UNESCO para as Media Arts. Estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 214/2016, com os respetivos dados devidamente atualizados, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **90.000,00 euros** com a AUAUFEIOMAU – Cooperativa Cultural, CRL, pessoa coletiva n.º 509 619 940, com sede na Avenida Central, 122, 1.º C, 4710-229 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 19126

Data: 07/03/2023

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Coro Académico da Universidade do Minho

O **Coro Académico da Universidade do Minho (C.A.U.M)**, devidamente inscrito no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 98/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»

- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022 e conforme as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12033/2022 que estatuiu a alteração ao regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de outubro de 2022;

- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- O cumprimento dos critérios de seleção elencados no Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, nomeadamente na “qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, além de estar pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa;
- Tratar-se de uma iniciativa que apresenta, ao abrigo do supracitado artigo, um significativo “i. interesse cultural, qualidade artística e técnica” “ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município” e, confirmando-se como um contributo para a “iii. Valorização do património cultural do Município”, “iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”, “v. Parcerias de produção e intercâmbio”, que encontra enquadramento na rubrica destinada aos apoios financeiros, do orçamento municipal para a Cultura.
- Ter dado entrada o documento E/11400/2023, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2023. Refira-se que a suprarreferida é uma associação instituída com um fim de promoção, preservação e divulgação da música polifónica. O seu projeto cultural concretiza-se na programação de um ciclo de concertos de música e apresentações públicas do coro. De referir, que o Coro Académico da Universidade do Minho, é uma instituição cultural com atividade ininterrupta, prestes a assinalar o seu 34.º aniversário, revestida de uma importante relevância cultural e social, na medida em que contribuem para a difusão da prática da música vocal, sendo um grupo especialmente dedicado à execução de obras polifónicas, bem como, ao desenvolvimento de trabalhos de investigação e de ensino na área da música coral, contribuindo assim para o desenvolvimento e formação de novos públicos nesta área musical.

Estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 98/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada. Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **3.000,00 euros** com o Coro Académico da Universidade do Minho (C.A.U.M), pessoa coletiva n.º 502 619 082, com sede na Universidade do Minho, Campus de Gualtar, Edifício 2, Sala 1.32, 4710-057 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 19406

Data: 07/03/2023

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Suonart – Associação Cultural

A **Suonart – Associação Cultural**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 173/2015, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022 e conforme as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12033/2022 que estatuiu a alteração ao regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de outubro de 2022;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- O cumprimento dos critérios de seleção elencados no Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, nomeadamente na “qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, além de estar pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa;
- Tratar-se de uma iniciativa que apresenta, ao abrigo do supracitado artigo, um significativo “i. interesse cultural, qualidade artística e técnica” “ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município” e, confirmando-se como um contributo para a “iii. Valorização do património cultural do Município”, “iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”, “v. Parcerias de produção e intercâmbio”, “vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”, validamos a premência desta solicitação, que encontra enquadramento na rubrica destinada aos apoios financeiros, do orçamento municipal para a Cultura.
- Ter dado entrada o documento E/11665/2023, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de um projeto constante do seu plano. Refira-se que a suprarreferida é uma associação instituída com um fim de promoção e divulgação da música clássica e erudita. A sua atividade cultural engloba trabalhos de investigação nesta área musical, a par da programação de um ciclo de concertos de música de câmara, designados por “Temporadas de Música de Câmara”, na sua 3.ª edição. Esta iniciativa cultural consagra o estabelecimento de colaborações artísticas nacionais e internacionais, nomeadamente, com interpretes consagrados e com repertório diferenciado que vai do clássico ao contemporâneo. Este projeto assenta basilamente na formação e desenvolvimento de novos públicos, na criação de património musical diferenciado e na valorização e formação dos profissionais do meio musical. Esta parceria encontra-se em consonância com o plano de ação municipal no âmbito do desenvolvimento de iniciativas culturais específicas, com o objetivo primordial de uma promoção efetiva do património cultural imaterial. Estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 173/2015, com os respetivos dados devidamente atualizados, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **30.600,00 euros** com a **Suonart – Associação Cultural**, pessoa coletiva n.º 513 482 504, com sede na Rua 25 de Abril, 262, 4710-914 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

Nº Informação: 19080

Data: 07/03/2023

Assunto: Proposta de apoio financeiro: Banda Musical de Cabreiros - Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa

A **Banda Musical de Cabreiros - Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 83/2014, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022 e conforme as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 12033/2022 que estatuiu a alteração ao regulamento que define e regula a estrutura orgânica nuclear e flexível dos serviços do Município de Braga aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 30 de setembro de 2022, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 10 de outubro de 2022;
- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 4626/2022, de 20/04 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;
- O cumprimento dos critérios de seleção elencados no Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, nomeadamente na “qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, além de estar pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa;
- Tratar-se de uma iniciativa que apresenta, ao abrigo do supracitado artigo, um significativo “i. interesse cultural, qualidade artística e técnica” “ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município” e, confirmando-se como um contributo para a “iii. Valorização do património cultural do Município”, “vii. Capacidade de intervenção no território do Município junto das populações com menor acesso a atividades e projetos artísticos e culturais”, validamos a premência desta solicitação, que encontra enquadramento na rubrica destinada aos apoios financeiros, do orçamento municipal para a Cultura.
- Ter dado entrada o documento E/9559/2023, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2023. Refira-se que a suprarreferida é uma associação instituída com um fim de promoção, preservação e divulgação da tradição musical filarmónica. O seu projeto cultural concretiza-se na programação de um ciclo de concertos e apresentações públicas na cidade e na rede periurbana, prossequindo o objetivo de desenvolvimento e formação de novos públicos nesta área musical. De referir que as Bandas Filarmónicas, têm uma relevância cultural e social indiscutível, na medida em que contribuem para a preservação da música, a educação musical e integração social. No âmbito das suas funções sociais e de ação comunitária, com vista ao desenvolvimento da cidadania e identidade cultural, são difusoras da prática cultural em prol do serviço público, proporcionando no seu território a perpetuação da memória coletiva. Neste sentido, a Banda Musical de Cabreiros é uma instituição cultural centenária e única no concelho, sendo parte integrante da tradição local, e contribui de forma inegável para a coesão social e formação cívica da comunidade. Estando esta entidade devidamente registada no RECAM com o n.º 83/2014, com os respetivos dados devidamente atualizados, damos o melhor acolhimento à solicitação formulada.

Neste sentido, dispomos à consideração superior a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **15.000,00 euros** com a Banda Musical de Cabreiros – Associação Cultural, Musical, Artística e Recreativa, pessoa coletiva n.º 502 714 581, com sede no Largo do Monte das Cruzes, 13, 4705-377 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.